

SP rola US\$ 3 bilhões da dívida

Rolagem será indexada pelo IGPM ou TR e deverá ser paga em 240 prestações mensais

SALETE SILVA

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e o governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, assinaram ontem os contratos de refinanciamento de dívidas do governo de São Paulo com o Banco do Brasil, agente do Tesouro Nacional. Foram refinanciados US\$ 3 bilhões, referentes a dívidas contraídas com a Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Banco do Brasil, destinadas a investimentos.

Os contratos foram firmados com base na Lei federal 8.727/93, que prevê amortização em 240 prestações mensais, calculadas pela tabela Price. As prestações serão indexadas ao Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM) ou à TR e garantidas por receitas próprias das empresas e do Tesouro paulista. "O acordo vai nos permitir honrar a dívida sem sacrificar custeios, salários e novos investimentos", afirmou Fleury.

Esse é o segundo acordo formal de rolagem das dívidas estaduais assinados até agora, informou Cardoso. O primeiro foi assinado com Alagoas. Cardoso disse que, para chegar a um entendimento com São Paulo, teve de fazer algumas concessões,

entre elas reduzir a taxa de juros de 11% para 9% ao ano. "Ao negociar as dívidas não tínhamos como objetivo encher os cofres da União e esvaziar os dos Estados."

Durante a solenidade, Fleury reiterou o apoio ao Plano FHC2. "Mas de nada adiantará esse plano, se não tivermos uma revisão constitucional em tempo."

Na semana que vem, Fleury disse que irá a Brasília para defender a revisão constitucional e participar da reunião do Conselho de Política Fazendária (Confaz). Ele disse que irá a essa reunião especialmente para defender o acordo feito com a indústria automobilística que reduz o ICMS de 18% para 12%.



GARANTIA
SERÁ DAS
EMPRESAS E
DO TESOURO



Fleury (esq.) e Cardoso: rolagem de dívida exigiu concessões

Real terá aviso antecipado, diz Malan

FÁBIO PAHIM JR.

O presidente do Banco Central, Pedro Malan, confirmou que o governo avisará "no mínimo" com 35 dias de antecedência quando o real entrará em vigor, substituindo o cruzeiro real. "Nunca foi discutido no governo trocar a moeda quando a relação chegasse a um por mil, por 2 mil ou por 10 mil, como na Argentina", disse, após almoçar com 450 empresários a convite da Associação das Empresas Distribuidoras de Valores (Adeval).

Malan não revelou quando será autorizada a emissão de Certificados de Depósito Bancário (CDBs)

em Unidade Real de Valor (URV). "Estamos discutindo isso internamente." O presidente do Banco Central disse que o Brasil substituirá a 15 de abril os títulos atuais da dívida externa pelos novos bônus, mas não deu maiores informações sobre a aquisição do colateral (títulos do Tesouro dos Estados Unidos no montante de US\$ 2,8 bilhões). "O ministro Fernando Henrique Cardoso e eu explicamos aos senadores que se fossem dadas informa-

ções adicionais, alteraríamos as condições de mercado dos títulos e eles entenderam; portanto, as informações só serão dadas a 15 de abril".

Malan desautorizou a avaliação de que o Brasil perdeu US\$ 68 milhões ao deixar de comprar as garantias diretamente do Tesouro americano: "Quem disse

isso não pode ser levado a sério, pois precisaria ter tido acesso a operações sigilosas realizadas pelo Brasil."

CDB EM URV
AINDA NÃO
TEM DATA
DEFINIDA